

Paulo Ferreira da Cunha*

Dividir a História: da epistemologia à política?

*À memória do meu saudoso Professor
de Teoria da História, João Francisco Marques*

R E S U M O

A Historiografia acaba por desempenhar papel político de relevo, e as suas manipulações pro domo são frequentes. Em que medida as mudanças de visão das épocas históricas terão implicações políticas? Tal pode não ser muito evidente. Mas certamente que privilegiar este ou aquele evento como marco fraturante, ou abandonar aquela época na penumbra, ou autonomizar este ou aquele período, pondo-o em relevo, não deixará de ter consequências políticas. Este artigo relembra algumas questões de periodologia, e alguns desafios colocados por novas propostas e perspetivas. Procurando estar atento a uma possível leitura política dessa dimensão historiográfica. Palavras-chave: Historiografia; Teoria da História; Épocas; Idades.

A B S T R A C T

Historiography ends up to play a political role of relief, and its pro domo manipulations are frequent. In what extent the historical vision changes about historical periods and epochs will have political implications? This may not be very evident. But, surely, favour this or that event as a landmark, or abandon that time in the shadows, or underlining the autonomy of this or that period, putting it in relief, will not fail to have political consequences. This article recalls some time division issues, and some challenges posed by new proposals and perspectives. Looking to be aware of a possible political reading of this historiographical dimension. Keywords: Historiography; History Theory; Times; Ages.

*Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae,
nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?*

Cícero, *De Oratore*.

*Julgava ver uma antiguidade maravilhosa através dessa Idade
Média que só Gautier era capaz de me revelar*

Marcel Proust¹.

* Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto e investigador correspondente do Centro de História de d'Aquém e d'Além Mar da Universidade Nova de Lisboa; Bolseiro da FUNADESP na FADISP, Prof. da Univ. Anhembi Morumbi (Laureate International Universities).

¹ Marcel Proust, *Journées de lecture* (trad. port. de Magda Bigotte de Figueiredo, *O Prazer da Leitura*, Lisboa: Teorema, 1997), 33.

I. Divisões, abstrações, convenções

O rio da História corre incessantemente, e não se pode legitimamente dividir. Não é admissível catalogar o passado de forma radical, “ontológica”, embora nos tenhamos habituado a certas “cores locais” das épocas. As represas teóricas já não são o próprio rio; são lagos artificiais.

Mas há lagos e lagos. E também há pântanos, que são as ideias confusas daqueles estudantes cábulas e / ou mal ensinados que proliferam, em muitos países, e que não distinguem já nada na cronologia e na periodologia. A falta de sentido histórico é, aliás, um problema de base da orientação das pessoas no Mundo. E um dos responsáveis pela presente crise da cidadania. Falta-nos saber História para entender o presente e projetar o futuro.

Sempre se soube que a divisão da História geral em idades e das histórias especializadas em períodos, movimentos e correntes (desde logo a História da Literatura e a História da Arte ou a História Económica, mas outras também... certamente todas) era comodidade e artifício. Sempre se conheceram teorias alternativas sobre a datação dos começos e fins daquelas Idades e destes períodos.

Os próprios nomes de períodos, correntes, movimentos, escolas...e afins, como se sabe, são em grande medida convencionais, e em muitos casos superiores aos fenómenos que pretendem designar.

Outrora, dizia-se tempos góticos para designar a Idade Média. O Barroco pode ser um estilo, mas também um período histórico: porém, como a Idade Média, não tinha consciência de si como tal². Admite-se, em contrapartida, que o dadaísmo terá sido nome escolhido pelos dadaístas: embora mais ou menos, ou pelo menos miticamente, à sorte³, embora remeta para conotações ou mesmo denotações infantis⁴. E os pré-rafaelitas, que como é óbvio não são anteriores ao pintor italiano Rafael, terão adotado o nome de um apodo que ironicamente William Holman Hunt e Millais receberam de discípulos seus por terem criticado (ainda enquanto alunos da Royal Academy of Arts), em termos estéticos “medievalizantes”, a *Transfiguração* de Sanzio⁵.

É verdade que sempre houve algo de mais complexo ainda. Sempre houve divergências aqui e ali sobre o sentido, o timbre, destes e daqueles tempos: a Idade Média, desde logo, tem muito que se lhe diga como (re)construção: desde o clássico Michelet à iconoclasta Régine Pernoud, não por acaso autora de um livro com o belo título *Lumière du Moyen Âge*⁶. Sem esquecer, evidentemente, o contributo de Victor Hugo, que não terá sido dos menores com o seu *Notre Dame de Paris*⁷. Contudo, estas divergências em geral não colocavam em causa os limites, sobretudo epocais, das épocas. E portanto não confundiam umas com as outras, nem pretendiam abolir alguma *pro domo*.

² Para mais desenvolvimentos, o clássico estudo de Eugénio D’Ors, *O Barroco* (trad. port. de Luis Alves da Costa, Lisboa: Vega, 1990).

³ Diz a própria Wikipedia: “ (...) estabeleceu-se o mito de que o nome foi escolhido aleatoriamente, abrindo-se uma página de um dicionário e inserindo um estilete sobre ela, de forma a simbolizar o carácter antirracional do movimento (...)”. (Disponível in: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dada%C3%ADsmo>, consultado em 8 /12/ 2014).

⁴ E. H. Gombrich, *The Story of Art* (9.ª ed., Londres: Phaidon, 1995, trad. fr. de J. Combe e C. Lauriol, *Histoire de L’Art*, nova ed. revista e aumentada, Paris: Gallimard, 1997), 601 e 586, recorda uma carta de Gauguin que fala no retorno ao seu cavalo de baloiço da infância, e como as «silabas infantis *dada* seriam o equivalente desse brinquedo».

⁵ Helena Barbas (Prefácios e Tradução), *Os Pré-Rafaelitas. Antologia Poética* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2005), 6.

⁶ Régine Pernoud, *Lumière du Moyen Âge* (Paris: Grasset, 1981).

⁷ Victor Hugo, *Notre Dame de Paris*, 1831 (disponível em http://www3.universia.com.br/conteudo/literatura/Notre_dame_de_paris.pdf - consultado em 11/01/2015).

Convenções? Sim. Mas o caráter convencional não significava que nada nas divisões remetesse para o arbitrário. E se uma ou outra (ou todas) das datações alternativas exibiam claramente um qualquer preconceito etnocêntrico ou enviesamento nacionalista ou afim, podia facilmente conviver-se com tudo isso, porque tal não atingia o cerne de uma mundividência historiográfica que havia (julgava-se que solidamente) cunhado tipos-ideais para cada uma das sucessivas Idades (e períodos, movimentos, correntes, etc.).

Estão porém agora de parabéns esses estudantes (mesmo “estudiosos”!) que, mercê de algum comodismo, de alguma confusão e inadvertência de espírito, ou do efeito nefasto de alguma deletéria reforma escolar, realmente nunca souberam muito bem o que tivesse sido a Idade Média, quais os traços distintivos do feudalismo, do humanismo, do liberalismo (concordamos que agora está difícil), do romantismo, quando se deve datar o início da Idade Contemporânea ou quais as diferentes datas para o começo da Idade Moderna... É que a oscilação teórica tem vindo a ser tão profunda em estudos de especialidade, que parece ficarem justificados (ou ser justificáveis) todos os anacronismos e erros afins - ou o que o *honnête homme* cuidava, com a sua cultura geral, que o fossem. E os especialistas não afeiçoados a uma especial vanguarda acompanhá-lo-iam.

II. O novo Pan-Medievalismo; a pluralidade dos Renascimentos

O caso mais complexo será certamente o que ocorrerá com a Idade Média e o Feudalismo.

Já havia sucedido uma sua extensão ao Japão dos Samurais. Agora não só voga para o Novo Mundo⁸, como a autoridade de Jacques Le Goff o faz tragar as antigas modernidades de Humanismo e Renascimento para o fazer vir até ao século XVIII, à Revolução Industrial, ou mesmo adentrar-se pelo séc. XX afora. Assim o explica o consagrado historiador francês:

“Portanto, ‘esquartejámos o mamute’, sublinhando paradoxalmente um outro fenómeno: o de uma longa Idade Média, de um período que iria da Antiguidade tardia até à Revolução Industrial, englobando o Renascimento e as Luzes. Forçando a nota, podíamos mesmo fechar esta longa ‘Idade Média’ nos anos 1950, quando o Ocidente deixa definitivamente de ser rural”⁹.

É claro que continua a haver quem continue a bater-se pela sua dama renascentista, humanista, reformista, iluminista, etc. Mas a perspetiva de acabar a Idade Moderna¹⁰ (ou de se integrar na Idade Média?) não deixa de ser verdadeiramente aterradora para quem acreditava que teriam ocorrido verdadeiras ruturas a partir da segunda metade do séc. XV (1453 não é só a

⁸ Jérôme Baschet, *La civilization féodale. De l'an mil à la colonization d'Amérique* (Paris: Flammarion, 2004).

⁹ Jacques Le Goff, *Para uma Visão Diferente da Idade Média* (entrevista a Jean-Maurice de Montremy, in *Viva o Ano 1000. A Modernidade da Idade Média*, por Jacques Le Goff *et al.*, trad. port. de Magda Bigotte de Figueiredo, Lisboa: Teorema, 2000, ed. orig. *Vive l'An 1000*, Paris: “Le Magazine Littéraire”, 1999), 11. Num paralelo que interessaria aprofundar decerto, o mesmo autor considera, por exemplo, que a ideologia trifuncional dos indo-europeus, “se teria prolongado até à Revolução Francesa, que representaria de algum modo, o seu triunfo e fim”. Idem, *Saint Louis* (Paris: Gallimard, 1996), 643. Curiosamente, neste caso não nos atreveríamos a proclamar o termo de uma tão enraizada e profunda *forma mentis*. Cf., v.g., Georges Dumézil, *Mythe et Épopée* (Paris: Gallimard, 1971-1973, 3 vols.); Idem, *Mythes et Dieux des Indo-Européens* (textos reunidos e apresentados por Hervé Coutau-Bégarie, Paris: Flammarion, 1992).

¹⁰ Mesmo Le Goff parece nem sempre ter feito a absorção de uma idade pela outra. Por exemplo, numa entrevista concedida a Aaron Guriévitch para a revista “Arbor mundi”, alude a dado passo às suas “reflexões sobre o nascimento e o desenvolvimento das universidades da Idade Média e da Idade Moderna como um dos mais importantes fundamentos da estrutura do ensino e dos conhecimentos da Europa de hoje”. Cf. *in ex. in*, Aaron Guriévitch, *A Síntese Histórica e a Escola dos Anais* (trad. do fr. de Paulo Bezerra, São Paulo: Perspectiva, 2003), 294.

tomada de Constantinopla), e muito em especial do seu final (1492 não é só a queda de Granada, a 2 de janeiro, e a descoberta da América, a 12 de outubro; há ainda quem avance a data de 1517, ano da proclamação das teses de Lutero), na verdade surgindo o séc. XVI como um século novo.

E o mesmo sucederá para o que ocorreu em 1789 (a simbólica tomada das Bastilhas é a 14 de julho, mas já a 4 de março entraria em vigor a Constituição dos EUA), ou até com a data alternativa, mais recentemente aventada, para o início da Idade Contemporânea (1914, início da I Guerra Mundial). São marcos que podem mudar, mas para os que os aceitam, têm essa força.

Havia entretanto como que novidades menores ou laterais, e situações com que também se conseguia conviver pelo mecanismo da extensão, da analogia, etc.. Por exemplo, como veremos, não chocava muito chamar a sofistas ou a Eurípidés “iluministas”, ou o referido exemplo do feudalismo japonês... Bem mais complexa parece a mistura entre liberalismo e Luzes (por exemplo, não raro a propósito da figura do Marquês de Pombal, que não tem nada de liberal...).

Mas, na verdade, o Iluminismo e o Renascimento (*primi lumi*, primeiras luzes) também estão sob suspeita e em “revolução” teórica.

Jack Goody problematiza o primeiro, colocando a hipótese da pluralidade (mesmo não europeia) dos Renascimentos¹¹. Mas mais explicitamente o havia colocado ainda já Toynbee, considerando o Renascimento “uma ocorrência particular de um fenómeno recorrente”, e sublinhado que houve renascimentos extra-europeus, nomeadamente o chinês¹².

Mas mesmo vista a questão ainda de forma centrada na Europa, não nos podemos esquecer que houve no Renascimento um duplo movimento, um de recuperação criadora da Antiguidade, e outro, simultâneo, de projeção utópica e crítica (veja a tríade *O Príncipe*, *O Elogio da Loucura* e *A Utopia*), a qual é solidária dos Descobrimentos (e das conquistas ultramarinas) e da grande esperança no Novo Mundo, além da grande curiosidade relativamente às suas novidades, nomeadamente antropológicas:

“Parece descuidar-se muito amiúde, com efeito, o seguinte: sendo embora o século XVI o do Renascimento, pela ressurreição da cultura da Antiguidade greco-romana, nele se produz também um acontecimento que, pelo seu alcance, irá alterar as feições do Ocidente: a descoberta e a conquista do Novo Mundo. Dá-se sem dúvida um retorno aos Antigos de Atenas e de Roma, mas dá-se igualmente a irrupção daquilo que até então não existia, a América”¹³.

III. Polissemia de Iluminismo

O Iluminismo parece começar a ser analisado em dois níveis: o Iluminismo do séc. XVIII e um Iluminismo mais transepocal, existente sempre que as suas qualidades se evidenciem. E assim poderia mesmo ganhar outras designações. Nas palavras de Sérgio Rouanet:

“O Iluminismo seria uma tendência transepocal, não limitada a nenhum período específico, que se caracteriza por uma atitude racional e crítica. Ela combate o mito e o poder, usando a razão como instrumento de dissolução do existente e de construção de uma

¹¹ Jack Goody, *Renaissances* (trad. port. de Magda Lopes, *Renascimentos, um ou muitos?*, São Paulo: Editora UNESP, 2011).

¹² Arnold Toynbee, *A Study of History*, *apud Ibidem*, 12 ss..

¹³ Pierre Clastres, *Ensaio anexo a La Boétie, Discours de la servitude volontaire* (trad. port. e prefácio de Manuel João Gomes, *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, 2.ª ed. refundida, Lisboa: Antígona, 1997), 79.

nova realidade. Chamo de Ilustração o movimento de ideias que se aglutinou, no século XVIII, em torno dos filósofos enciclopedistas: Diderot, Voltaire, D'Alembert. A Ilustração foi a mais importante das realizações históricas do Iluminismo, mas não a primeira nem a última"¹⁴.

Tudo está, portanto, em grande mutação. A primeira questão é a de saber se realmente é necessária e útil a pulverização teórica, e mesmo de designações. E depois é necessário saber até que ponto esta ou aquela inovação tem suporte factual e consistência teórica.

Replicar-nos-ão eventualmente alguns especialistas vanguardistas de cada área, especialidade ou escola que as coisas são como são (retórico expoente tautológico, que se diria símbolo da prudência - na verdade do conformismo ou da mistificação), que é mesmo assim. E que o ensino antigo e tradicional é que estava errado, erradíssimo. Ou então (outro anátema mais moderno): ultrapassado. Melhor ainda: superado. A "superação" é uma expressão simpática, eufemística, para dizer que os superados são uns antiquados.

Obviamente não discutimos da especialidade. Não vamos entrar na defesa de pedagogias e didáticas de ontem (aliás quais? houve tantas...). Apenas não podemos deixar de nos perguntar se, com esta rutura de cânones periodológicos, por muito mais fidedignas que possam ser as novas divisões, não acabaremos por inquinar de vez o sentido das épocas e períodos, a sua cor local, enfim, as imagens dos tempos, e as solidariedades crono-civilizacionais que no imaginário se criaram.

IV. Perigos Pedagógico-Didáticos

Reflexão pedagogicamente muito incorreta: Tememos, com efeito, que se esteja agora a fazer com a História o que há já alguns anos parece ter sido feito com a Gramática: o estilhaçamento em mil teorias, sempre adversas, sempre sucedendo-se na tutela dos programas escolares. E resultando que as crianças e os jovens, apanhados por sucessivas reformas que lhes foram alterando todos os anos as nomenclaturas e os conceitos, já não sabem realmente nenhuma. Com graves consequências, em cada país, para a compreensão das línguas estrangeiras, que seriam muito mais fáceis se todos mais ou menos tivessem um vocabulário gramatical (e categorias gramaticais) comuns, como já *grosso modo* ocorreu...

Quando discutimos as ideologias, por exemplo, é frequente deplorarmos que não haja, como para médicos e farmacêuticos, um Simpósio, em que se explicitem os medicamentos da política e se determine, como para os químicos, cada uma das substâncias por uma composição precisa, para mais expressa universalmente por uma fórmula também ela sem variação de fronteiras. Evidentemente que as percentagens podem mudar e termos mais ou menos concentração ideológica, como nas dosagens dos medicamentos...

Ora coisa semelhante ocorre com a História agora. Seria bom um grande congresso internacional em que, ao menos por um bom tempo, a divisão epocal da História Universal, ou pelo menos da História Ocidental chegasse a algum consenso. Porque os estudantes que querem estudar, e os não especialistas que acreditaram nas suas antigas aulas de História, gostariam de saber em que águas mover-se. Sabemos que os especialistas conseguem conviver relativamente bem com as guerras civis nas suas especialidades. Mas do exterior isso não é muito fácil. Nem ajuda muito a credibilizar socialmente a ciência. A qual, bem o sabemos, é

¹⁴ Sérgio Paulo Rouanet, *O Olhar Iluminista*, in *O Olhar* (org. Aduino Novaes, 10.ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2003), 125.

muito diferente, na sua pequena fábrica, nos seus bastidores, nos seus porões, que a bata alva e reluzente que o mito do cientista (mesmo o cientista social) tem divulgado. Mas é preciso fazer um esforço, certamente.

V. Periodologia e Política

Como aflorámos já, é bem sabido que a História tem um papel político muito significativo, e também que as suas manipulações *pro domo* são frequentes (fala-se até, em casos-limite, de “falsificações” da História), com esses mesmos fins.

Em que medida as mudanças de perspetiva de conjunto das épocas históricas terão motivações (e mais claramente ainda ao menos implicações) políticas, pode não ser, pelo menos de forma uniforme e clara, muito evidente. Mas certamente que privilegiar este ou aquele evento como marco fraturante, ou largar esta ou aquela época, deixando outra na penumbra, ou autonomizar, pelo contrário este ou aquele período, pondo-o assim evidentemente em relevo, não deixará de ter consequências políticas.

Dar mais importância à Reforma protestante, à queda de Constantinopla (ou à Conquista de Granada), ou à Descoberta da América como marco de início da Idade Moderna, em alguma medida decorrerá de uma opção política, e de avaliação civilizacional até.

Mas mais evidentes ainda parecem ser as consequências de eventualmente se alargar uma Idade como a Idade Média, fazendo-a ir, mesmo nas Américas, até muito tarde: no limite, até meados do séc. XX. Todas as épocas de permeio foram datadas pelo progresso, e até pela revolução. Poderemos passar sem Renascimento, sem Reforma, sem Iluminismo? É o que parece propor, afinal, um Jacques Le Goff, com a sua história de *longo alcance*. Vale a pena lê-lo no original, e um pouco longamente, para se apreender o alcance da sua proposta, que estilhaça as conceções clássicas, engolindo, como sabemos, várias épocas num mega-conceito e numa mega-idade que engloba quase tudo o que não é clássico e ainda não é revolução industrial amadurecida, por assim dizer:

“Or la longue durée pertinente de notre histoire (...) me paraît ce long Moyen Âge qui a duré depuis le IIe ou IIIe siècle de notre ère pour mourir lentement sous les coups de la révolution industrielle - des révolutions industrielles - entre le XIXe siècle et nos jours. Ce long Moyen âge c’est l’histoire de la société préindustrielle. En amont, c’est une autre histoire, en aval c’est une histoire - la contemporaine à faire, ou mieux à inventer quant aux méthodes. Ce long Moyen Âge est pour moi le contraire du hiatus qu’ont vu les humanistes de la Renaissance et, sauf rares exceptions, les hommes des Lumières.”¹⁵

Portanto, Idade Média longa é sociedade pré-industrial. Aparentemente toda. E assim, prossegue o renomado historiador, atribuindo à Idade Média um sem número de realizações:

“C’est le moment de la création de la société moderne, d’une civilisation moribonde ou morte sous ces formes paysannes traditionnelles, mais vivante par ce qu’elle a créé d’essentiel dans nos structures sociales et mentales. Elle a créé la ville, la nation, l’État, l’université, le moulin et la machine, l’heure et la montre, le livre, la fourchette, le linge, la personne, la conscience et finalement la révolution”¹⁶.

¹⁵ Jacques Le Goff, “Préface a Pour un Autre Moyen Âge”, in *Un Autre Moyen Âge* (Paris: Gallimard, 1999), 15-16.

¹⁶ *Idem, Ibidem*, 16.

Certamente bastantes destas “invenções” poderiam ser reivindicadas por outras épocas... Se restarem...

A Idade Média, execrada por alguns como o período das trevas, passaria agora a ser pelo menos o início da modernidade (e do progresso, apesar de tudo...). Mesmo se Le Goff não se considerava pessimista ou otimista quanto à sua época, nem apoucador, nem incensador...

Compreende-se, evidentemente, que o imenso conhecimento deste autor sobre a sua época o possa levar a ver mais continuidades que rupturas com outras. Mas não se trata de *tout comprendre*, e muito menos de *tout pardonner*. A questão é saber se uma nova classificação, uma nova duração é útil e necessária, e culturalmente fecunda. Afigura-se-nos que não.

O estado da questão não é, assim, nada consensual. E quantas novas retóricas políticas não poderão surgir desta mudança de paradigma... Uma Idade Média progressiva e revolucionária! Nas suas *Conversas Vadias*, especificamente na que teve com Manuel António Pina, Agostinho da Silva foi dos que insistiu em que estamos numa nova Idade Média¹⁷.

Entretanto, quem se não recorda da mudança de paradigma que (inevitavelmente com dimensão ideológica e política) se assinalava ao Renascimento? Mesmo uma História da Filosofia de síntese, em um só volume, como a de Bertrand Russell, precisamente porque assumidamente (desde o subtítulo) com “ (...) its connections with political and social circumstances”, começa esta parte com uma clara exposição da ruptura com a Modernidade, que começa precisamente com o Renascimento:

“The periode of history which is commonly called ‘modern’ has a mental outlook with differs from that of the medieval period in many ways. Of these, two are the most important: the dominishing authority of the Church, and the increasing authority of science. (...)”¹⁸.

E o autor conexiona com estes dois vetores de rutura outros aspetos, a começar pela laicização cultural, o aumento do papel do Estado, inclusive na sua relação com a cultura, embora crescentemente venha a ter menos importância nas opiniões dos pensadores do que antes tinha a Igreja durante a Idade Média. Continuando a traçar um interessante caminho de síntese da História macro-, no âmbito do pensamento e da cultura, nas suas conexões com a sociedade e a política.

Não terão tido, então, maior importância, não apenas estes processos de descrença e crença, recíprocos, e em especial as enormes repercussões sociais, culturais e políticas dos mesmos?

Será que, depois de tudo isto, no limite, até afinal só haverá Idade Média e nada mais? Ou teria razão Croce quando dizia que “*ogni storia vera, è storia contemporanea*”?

Tanto quando encaramos a questão hoje, naturalmente com o peso da nossa formação e da nossa experiência pessoais (mas que são partilhadas por muitos) não se nos afigura, realmente, que o empreendimento iconoclastico e reconstrutor de períodos tão longos (como essa enormíssima Idade Média de que se fala) e tão em desacordo com o património cultural e historiográfico classicamente adquirido seja uma vantagem, tenha uma utilidade. Mesmo do

¹⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=ScQGH-RpD4M>. Cf. também, v.g., Alain Minc, *Le Nouveau Moyen Âge* (Paris: Gallimard, 1993).

¹⁸ Bertrand Russell, *A History of Western Philosophy, And Its Connection with Political and Social Circumstances from the Earliest Times to the Present Day* (3.ª impressão, Nova Iorque: Simon and Shuster, 1945) 491.

ponto de vista heurístico, e certamente não do ponto de vista pedagógico. Aliás, evidentemente reconhecendo que são dimensões bem diferentes a da alta historiografia e a da divulgação, e mesmo a da didática da História, contudo não cremos que possa, no limite, haver um dissenso total. E cremos que a tentação (com a melhor das intenções) acabará por ser sempre a de os iniciados nas mais recentes e presumivelmente mais atualizadas teorias desejarem divulgar e ensinar a estudantes o que consideram ser preciosidades, tesouros novos. É assim que plausivelmente, com o tempo, se poderá introduzir uma Historiografia periodológica a várias velocidades e com insanáveis contradições. Obviamente tal ocorre em várias outras matérias. Mas numa questão estruturante para a organização mental dos mais novos, como a da divisão do Tempo histórico em períodos, épocas, cores locais, pode ser ainda mais um fator de caos mental.